rêde de saneamento, nos termos d'este decreto, cobrar dos respectivos inquilinos uma quantia correspondente a 8 por cento ao ano das despesas mencionadas no § único do artigo 51.º d'este decreto, dividida por duodécimos.

§ 1.º Nos prédios nas condições do artigo 35.º não poderá este aumento exceder 10 por cento da renda que constar do contrato de arrendamento.

§ 2.º Se o prédio estiver ocupado por mais de um inquilino, a distribuição do acréscimo da renda será feita na proporção dos respectivos rendimentos colectáveis inscritos nas matrizes.

Art. 55.º O inquilino poderá porém eximir-se da obrigação do aumento de renda a que se refere o artigo 54.º, desde que requeira à Câmara, antes de concluída a obra, para efectuar o pagamento, em dinheiro, das despesas mencionadas no § único do artigo 51.º ou da parte proporcional fixada nos termos do § 2.º do artigo anterior, para o que deverá instruir o requerimento com a certidão da secção de finanças.

Art. 56.º Para a realização das obras de saneamento, sua inspecção e fiscalização poderá a Câmara Municipal, por intermédio dos seus empregados ou adjudicatários, entrar durante o dia livremente, mediante aviso prévio, nos prédios a beneficiar ou beneficiados, para o que requisitará, se tanto fôr necessário, o auxílio das autoridades policiais.

Art. 57.º Quando estiver concluída a obra de saneamento e se tiverem criado os serviços municipalizados da Câmara, com uma repartição de águas e saneamento, passarão para esta as funções que neste regulamento são atribuídas à repartição técnica da Câmara.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 5 de Fevereiro de 1937.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Joaquim José de Andrade e Silva Abranches*.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Direcção Geral de Fazenda das Colónias

1.ª Repartição

Decreto n.º 27:517

Atendendo ao que foi representado pelo governador geral da colónia de Angola;

Tendo em vista o disposto no artigo 28.º do Acto Colonial e por motivo de urgência;

Usando da faculdade conferida pelos n.ºs 2.º, 3.º e 4.º do § 1.º do artigo 10.º da Carta Orgânica do Império Colonial Português e nos termos do § 2.º da mesma disposição; o Ministro das Colónias decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É o governador geral da colónia de Angola autorizado a abrir um crédito especial de 320.000,00, destinado à conclusão da construção do Laboratório Central de Patologia Veterinária e aos vencimentos do funcionário a que se refere o artigo 2.º

§ único. O crédito especial autorizado por este artigo terá como contrapartida igual importância a sair da verba global destinada, no capítulo 7.º, artigo 292.º, da tabela de despesa do orçamento geral da colónia para o corrente ano económico, a despesas de colonização.

Art. 2.º É também o governador geral da colónia de Angola autorizado a contratar, nas condições que entender, um técnico idóneo para prestar serviço no mencionado Laboratório.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Para ser publicado no «Boletim Oficial» da colónia de Angola.

Paços do Governo da República, 5 de Fevereiro de 1937.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Francisco José Vieira Machado*.